

O ENCONTRO DA CÚPULA IBERO-AMERICANA REPRESENTA A UNIÃO DOS PEQUENOS FRENTE AOS DESAFIOS DAS GRANDES POTÊNCIAS

Edson Carvalho Vidigal

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

A IV Reunião Preparatória para a VIII Cúpula Ibero-Americana de Presidentes de Cortes Supremas e Supremos Tribunais de Justiça e o Encontro Ibero-americano de Conselhos da Magistratura foi realizado de 2 a 5 de fevereiro na sede do Superior Tribunal de Justiça, em Brasília. Os magistrados de 20 países que integram a cúpula ibero-americana reuniram-se em 11 grupos de trabalho para discutir temas como a globalização do Judiciário, a integração entre o Judiciário da comunidade ibero-americana e o combate à corrupção. O tema central do encontro foi *Justiça e Governabilidade Democrática*.

Em entrevista exclusiva à *Revista Jurídica CONSULEX*, o vice-presidente do STJ, Ministro Edson Vidigal, comentou a importância do encontro para análise e fortalecimento do Poder Judiciário, reafirmou sua intenção de, ao assumir a presidência do STJ, em abril, promover medidas que tornem o Judiciário mais transparente e próximo da sociedade brasileira e expôs sua postura diante da proposta de controle externo do Judiciário.

Revista Jurídica CONSULEX - *Ministro, o que vem a ser o Encontro da Cúpula Ibero-Americana surgido em 1990, em Madri?*

Min. Edson Vidigal - É dos antanhos da civilização a certeza de que quando os fracos se juntam, tornam-se fortes e, quando os fortes trabalham podem fazer mais. Essa é a doutrina que nos inspira no Brasil, essa junção de esforços, quando todos os países do nosso continente ibero-americano se unem, passam a se entender e desejam trabalhar juntos.



Esse trabalho significa que nós identificamos as causas de grande parte dos nossos problemas que também são os problemas comuns de outros países: morosidade do Judiciário, a necessidade de modernização da gestão do Poder Judiciário, a ética judicial, o recrutamento das pessoas para a magistratura, o combate ao crime organizado e suas vertentes mais visíveis e mais poderosas que são o tráfico de drogas e a *lavagem* de dinheiro, o contrabando de armas e, um outro que pode causar danos terríveis à democracia, que é a pirataria.

Então, temos que estar muito atentos, temos que nos unir mesmo aqui para combater estes problemas comuns aos Tribunais de todos os países do nosso continente. É melhor trabalharmos juntos, para obter resultados comuns, do que ficarmos nesta babel judicial.

CONSULEX - *O Sr. poderia falar um pouco sobre a VIII Cúpula que se realizará em El Salvador? Quais os objetivos do encontro?*

Edson Vidigal - A próxima Cúpula tem como objetivo a finalização dessas discussões, quando, então, consolidaremos em um documento, que será a Declaração de El Salvador, todos estes pontos que estão sendo discutidos aqui no Brasil. Todos os países assumirão o compromisso de implementá-lo. Nós, no Brasil, pela primeira vez, estamos articulados com o Poder Executivo, através da Presidência da República, Ministério da Justiça e Ministério das Relações Exteriores para que haja maior envolvimento e também maior comprometimento com as decisões inscritas no documento.

CONSULEX - *Como é que o senhor vê a globalização dos Poderes Judiciários da Comunidade Ibero-americana?*

Edson Vidigal - Com as modernas tecnologias, o mundo se

tornou uma aldeia global e temos todos que nos entender imediatamente. Essa proposta deve resultar de conversas e consensos. O que o continente Ibero-americano está procurando é se entender para que possamos juntos enfrentar os desafios dos grandes, dos outros, das potências. Divididos nós seremos sempre pequenos e impotentes. A globalização das relações econômicas entre os países se impõe como mais um desafio para o Judiciário.

CONSULEX - *A corrupção é um dos temas mais relevantes do encontro. V. Exa. poderia falar um pouco do que foi discutido e de quais são as soluções propostas?*

Edson Vidigal - Existe nas discussões um firme compromisso do Brasil em buscar saídas para o combate à corrupção. Não só a corrupção com o dinheiro público, mas todos os tipos de corrupção que possam gerar danos, e isso, temos que fazer pelo fortalecimento do sistema penal. Não basta ficarmos fazendo leis, é necessário que as leis sejam operacionais. Por outro lado, nós já conseguimos inserir em um outro documento o comprometimento de todos os países, no sentido de buscar acordos transnacionais, acordos de cooperação mútua para o enfrentamento das questões criminais, em especial o combate ao crime organizado.

CONSULEX - *Existe controle externo do Poder Judiciário nos países que integram a comunidade Ibero-Americana?*

Edson Vidigal - Existe sim! Por exemplo, os Estados Unidos, que são considerados como a maior democracia do mundo, controlam o Judiciário. Sabe quem é que faz lá o controle externo do Poder Judiciário? O Senado da República. O Senado dos Estados Unidos tem uma comissão chamada Comissão de Assuntos Judiciais que faz o controle externo. Tudo pode ser discutido nessa comissão, ela é exatamente o fórum onde se discutem as estratégias, por onde passam inicialmente os candidatos da

Suprema Corte indicados pelo Presidente da República.

Agora, está se realizando, no Brasil, nessa reunião ibero-americana, concomitantemente com os presidentes de Cortes, a Reunião dos Conselhos de Judicatura. Sabe o que é isso? Controle externo! Todos os países da Ibero-América têm. Todos. Em Portugal, por exemplo, os inspetores do Conselho de Judicatura, nas Varas, examinam tudo e atribuem uma nota ao desempenho dos juizes. Se, em um determinado momento, o juiz atinge uma média baixa, ele é mandado embora. Aqui temos juiz que se acha intocável, se considera assim como um Deus. A força do Judiciário tem que ser a força moral dos seus juizes, dos seus magistrados.

CONSULEX - *O Ministro poderia comentar sua posição quanto ao controle externo no Brasil?*

Edson Vidigal -No Brasil, tenta-se sempre confundir as pessoas pelo mau uso das palavras, tem-se perdido mais tempo para explicar o que é o controle externo do que para se dizer a verdade sobre o que efetivamente se pretende, que é a instituição de um Conselho Nacional de Justiça, como um órgão garantidor da independência e da eficácia do Poder Judiciário. Não se cogita de interferir na jurisdição, ou seja, na independência que o juiz tem que ter para suas decisões judiciais. O que se quer, porque é necessário, é racionalizar os recursos, é acabar com o arquipélago deste conjunto de ilhas de muitos donos.

Toda a questão se refere à corregedoria, a desvio de conduta. Os desvios de conduta não podem ficar à mercê da "amigação". Ou seja, o corregedor ser amigo do colega que vai ser investigado. Podemos até citar vários exemplos, tanto no Judiciário quanto no Ministério Público.

CONSULEX - *O Controle externo não afeta a independência do Judiciário?*

Edson Vidigal - Não, ao contrário, dá mais poder ao Judiciário. Ele será um poder mais respeitado, mais transparente. E, tendo como instrumento de ação a súmula vinculante, haverá respostas mais rápidas às demandas e haverá como aplicar melhor o Direito. O Conselho Nacional de Justiça tornará o Judiciário mais eficiente, aproximando a Justiça da sociedade. Como está, o consenso é nacional, não pode, não serve, não dá. Em São Paulo, você tem que esperar dois anos para saber quem vai ser o relator de um processo no Tribunal de Justiça. Você espera seis meses, para saber quem vai ser o relator de um *habeas corpus*, então há muita coisa errada. O que agora nós estamos vendo é o aflorar da sucessão de equívocos, de mazelas que lentamente foram se sedimentando e que agora começaram a ser claramente percebidas.

CONSULEX - O Sr. poderia comentar a respeito do tema da ética no Judiciário, incluído para discussão no encontro?

Edson Vidigal - No Brasil, o jogador de futebol tem código de ética, os enfermeiros têm código de ética, a advocacia tem código de ética, os magistrados não têm código de ética. Então, uma das nossas propostas é que no Estatuto da Magistratura, que está sendo reestudado, nós incluamos um único Código de Ética para todos os magistrados do Brasil. Esse Código de ética passará a fazer parte do Estatuto. Como o Estatuto da Magistratura é uma lei complementar, que é mais difícil hoje de mudar do que mudar apropriada Constituição, então nós queremos um Código de Ética para o Judiciário do Brasil, extensivo a todos os operadores do Direito. Isso, na Lei Orgânica da Magistratura, e um outro código de ética para os membros do Ministério Público na Lei Orgânica do MP.

CONSULEX - O Ministro gostaria de comentar as discussões de algum outro grupo do Encontro?

Edson Vidigal - Temos um grupo que trata da Administração da Justiça e dos meios de Comunicação, porque isso também é um problema que existe no Brasil e em diversos países. A dificuldade que o Judiciário tem para se comunicar com a sociedade e a dificuldade que o jornalista tem para se comunicar com o Judiciário. Então, estamos trabalhando muito para que a imprensa possa ter mais acesso às informações do Poder Judiciário.

Por exemplo, o Conselho do Controle Externo de Portugal, da Judicatura, elaborou um documento que corresponde a um código de ética nas relações entre o Judiciário e a imprensa, e todas as mídias de Portugal, rádio, televisão, internet, todas assinaram o acordo. Por este acordo, eles estão se comprometendo a realizar a cobertura do Judiciário observando o princípio da ampla defesa e da presunção da inocência dos acusados, observando as questões onde o interesse público se sobrepõe ao interesse particular. Aqui, poucos respeitam isso. O acordo que eles fizeram não compromete o direito à informação, não existe censura. Se conseguíssemos isso no Brasil nós não precisaríamos dessa Lei de Imprensa.

CONSULEX - *Ao assumir a presidência do STJ, será esse um dos temas mais importantes de seu mandato?*

Edson Vidigal –Nem sempre querer é poder e poder é querer. No poder é quando o querer é menos poder, porque é quando se tem que buscar saídas consensuais, principalmente, presidindo um colegiado como é o caso aqui no Tribunal. Para manter-me na legitimidade da autoridade, tenho que estar sintonizado com todas as demandas inerentes à condição humana, então terei que considerar essa questão, ao mesmo tempo em que eu vou buscar avançar. Eu não quero ser Presidente para ficar sentado, jantando, recebendo homenagens e medalhas. Eu quero fazer. Acho que há muito o que fazer, porque os homens públicos deste país estão muito

atrasados em relação às promessas que eles têm que cumprir.

